



---

## O DIREITO A OLHAR<sup>1</sup>

---

### THE RIGHT TO LOOK

---

### EL DERECHO A MIRAR

---

*Nicholas Mirzoeff*

#### RESUMO

Este ensaio foi publicado como prévia do meu livro “The Right to Look: A Counterhistory of Visuality”. Ele foi escrito primeiramente como apresentação para a Conferência sobre Cultura Visual na Universidade de Westminster, organizada por Marq Smith e Jo Morra em 2010. Em “O direito a olhar”, desenvolvi um quadro descolonial comparativo para os estudos de cultura visual. Considerando a modernidade como uma competição em curso entre visibilidade e contravisibilidade (“O direito a olhar”), apresento como a visibilidade conecta autoridade e poder, naturalizando a referida conexão. A visibilidade, conceito do início do século XIX, refere-se à visualização da história, e tem sido fundamental para a legitimação da hegemonia ocidental. Neste texto, identifico três “complexos de visibilidade”: 1. a escravidão nas *plantations*; 2. o imperialismo; e 3. o atual complexo militar-industrial. Explico como em cada um desses complexos o poder é tornado auto-evidente graças à técnicas de classificação, separação e estetização. Ao mesmo tempo, apresento como cada complexo de visibilidade tem sido combatido: pelos escravizados, pelos colonizados, e pelos oponentes da guerra, os quais proclamam sua autonomia da autoridade, reivindicando o direito a olhar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Complexos de visibilidade. Cultura visual. Visibilidade. Contravisibilidade.

#### ABSTRACT

This essay is drawn from the my book “The Right to Look: A Counterhistory of Visuality”. It was first composed as a presentation for the Visual Culture Conference at the University of Westminster, organized by Marq Smith and Jo Morra in 2010, in which I developed a comparative decolonial framework for visual culture studies, the field that he helped to create and shape. Considering modernity as an ongoing contest between visibility and counter visibility (“the right to look”), I explained how visibility sutures authority to power and renders the association natural. An early-nineteenth-century concept, meaning the visualization of history, visibility has been central to the legitimization of Western hegemony. I identified three “complexes of visibility”: 1. the slavery in the plantations; 2. The imperialism; and 3. the present-day military-industrial complex. I explains how, within each, power is made to seem self-evident through techniques of classification, separation, and aestheticization. At the same time, I showed how each complex of visibility has been countered - by the enslaved, the colonized, and opponents of war, all of whom assert autonomy from authority by claiming the right to look.

**KEYWORDS:** Complexes of visibility. Visual culture. Visuality. Countervisuality.

#### RESUMEN

Este ensayo fue publicado como antecipación de mi libro “El derecho a mirar: La contrahistoria de la visibilidad”. Fue escrito principalmente como una presentación a la Conferencia sobre Cultura Visual en la Universidad de Westminster, organizado por Marq Smith y John Morra, en 2010. “El derecho a mirar” yo desarrollé un marco decolonial comparativo de los estudios de la cultura visual. Teniendo en cuenta la modernidad como una competición en curso entre la visibilidad y contravisibilidad (“El derecho a mirar”), analizo como la visibilidad conecta autoridad y el poder, naturalizando la dicha conexión. La visibilidad, concepto del comienzo del siglo XIX se refiere a la visualización de la historia, y ha sido fundamental para la legitimidad de la hegemonía occidental. En este trabajo, identifico tres “complejos de visibilidad”: 1. la esclavitud en las *plantations*; 2. El imperialismo; y 3. el complejo militar-industrial actual. Explico cómo en cada uno de éstos el poder se ha convertido autoevidente gracias a las técnicas de clasificación, separación y estetización. Al mismo tiempo, les presento cómo cada complejo de visibilidad se ha combatido: por esclavos,

por colonizados, y por oponentes de la guerra, que proclaman su autonomía de la autoridad, reclamando el derecho a mirar.

**PALABRAS CLAVE:** Complejos de la visualidad. La cultura visual. Visualidad. Contravisualidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Quero reivindicar o direito a olhar. Esta reivindicação, feita nem pela primeira e nem pela última vez, é por um direito ao real<sup>1</sup>. Pode soar como um pedido inesperado, depois de tudo que vimos na primeira década do século XXI a respeito das mídias antigas e novas, desde a queda das torres e até o afogamento de cidades e a violência sem fim. O direito a olhar não é meramente uma questão de visão. Ele começa em um nível pessoal com o olhar adentrando os olhos de alguém para expressar amizade, solidariedade, ou amor. Aquele olhar deve ser mútuo, cada um inventando o outro, do contrário ele falha. Como tal, é irrepresentável. O direito a olhar reinventa autonomia, não individualismo ou *voyeurismo*, mas pleiteia uma subjetividade e coletividade políticas: “o direito a olhar. A invenção do outro.”<sup>2</sup> Jacques Derrida cunhou esta frase ao descrever o ensaio fotográfico de Marie-Françoise Plissart, que retrata duas mulheres numa busca ambígua uma da outra, como amantes, e brincando ciente com as práticas do olhar<sup>3</sup>. Esta invenção é comum; pode ser o comum, mesmo comunista. Porque há uma troca, mas nenhuma criação de um excedente. Você, ou seu grupo, permite que um outro te encontre, e ao fazê-lo, você encontra tanto o outro quanto a si mesmo. Isso significa requisitar o reconhecimento do outro a fim de ter um ponto de partida para reivindicar um direito e determinar o que é certo. É a reivindicação a uma subjetividade que tem autonomia para organizar as relações do visível e do dizível. O direito a olhar confronta a polícia que nos diz, “chispem, não há nada para ver aqui”<sup>4</sup>. Mas tem; nós o sabemos, e eles também. O oposto do direito a olhar não é a censura, então, mas a visualidade, aquela autoridade que nos manda chispar e que supõe aquela reivindicação exclusiva da capacidade de ver.<sup>5</sup> *Visualidade* é uma palavra antiga para um projeto antigo. Não é um vocábulo teórico da moda significando a totalidade de todas as imagens e dispositivos visuais, mas é na verdade um termo do início do século XIX que faz referência à visualização da história. Esta prática deve ser imaginária ao invés de perceptual,

<sup>1</sup> Esta reivindicação apóia-se no pensamento crítico sobre visão e visualidade, realizada nos últimos tempos e que abrange desde o trabalho fundamental de Laura Mulvey até o de W. J. T. Mitchell, Anne Friedberg, Martin Jay e outros teóricos do olhar e do visual. Meu mapeamento mais recente destas correntes foi publicado em: *An Introduction to Visual Culture* (New York, 2009).

<sup>2</sup> Jacques Derrida e Marie-Françoise Plissart, *Droit de regards* (Paris, 1985), p. xxxvi. Tradução David Wills, sob o título *Right of Inspection* (New York, 1998); modifiquei a tradução usada por Wills porque “*right of inspection*” tenta criar uma espécie de ponte entre direito e lei, que eu sinto que deveria permanecer aberta.

<sup>3</sup> Para uma discussão mais profunda deste texto e suas implicações, ver Amy Villarejo, *Lesbian Rule: Cultural Criticism and the Value of Desire* (Durham, N.C., 2003), p. 55-82. Sobre a questão do olhar, ver Marita Sturken e Lisa Cartwright, *Practices of Looking: An Introduction to Visual Culture* (New York, 2009).

<sup>4</sup> Jacques Rancière, *Ten Theses on Politics*, Tradução Rachel Bowlby, Davide Panagia, e Rancière, <<http://goo.gl/vrQH8k>>. Este texto foi originalmente publicado como *Aux bords du politique* (Paris, 1998), p.217.

<sup>5</sup> Para uma análise do uso anterior da visualidade na cultura visual, ver meu ensaio “On Visuality,” *Journal of Visual Culture* 5 (Apr. 2006): 53–79. O termo foi originado em *Vision and Visuality*, ed. Hal Foster (Seattle, 1988), que não se referia à história anterior do termo.

porque o que está sendo visualizado é demasiado substancial para que qualquer pessoa individual o veja, e é criado a partir de informações, imagens e ideias. Esta habilidade para compor uma visualização manifesta a autoridade do visualizador. Por sua vez, a autorização da autoridade requer renovação permanente, a fim de ganhar o consentimento como o “normal” ou cotidiano, porque sempre já é contestada. A autonomia reivindicada pelo direito a olhar opõe-se assim à autoridade da visualidade. Mas o direito a olhar veio primeiro, e não devemos esquecê-lo<sup>6</sup>.

Aqui quero propor minha reivindicação, primeiro oferecendo um quadro conceitual para pensar com e contra a visualidade e, em seguida, aplicando esse quadro à permanente crise da visualidade nos dias atuais. Os primeiros domínios da visualidade foram as escravidões nas *plantations*<sup>7</sup>, monitoradas pela vigilância do supervisor - o substituto do soberano<sup>8</sup>. Esta vigilância soberana foi reforçada pela punição violenta e sustentou a moderna divisão do trabalho. Então, a partir do final do século XVIII em diante, a visualização se tornou a marca do general moderno, pois o campo de batalha ficou demasiado grande e complexo para que qualquer pessoa sozinha pudesse vê-lo integralmente. Trabalhando com as informações fornecidas por subalternos (a nova classe de oficiais hierarquicamente mais inferiores criada para este propósito) e suas próprias ideias e imagens, o general da guerra moderna, tal como foi praticada e teorizada por Karl Von Clausewitz, se converteu no responsável pela visualização do campo de batalha. Logo após este momento, a visualidade foi nomeada como tal em inglês por Thomas Carlyle, em 1840, para se referir ao que ele chamou a tradição da liderança heróica, que visualiza a história para sustentar a autoridade autocrática<sup>9</sup>. Desta forma, visualizar é produzir visualidade, ou seja, é fazer os processos da história perceptíveis à autoridade. Esta visualização era atributo exclusivo do Herói. A visualidade era considerada masculina, em tensão com o direito a olhar que tem sido descrito em diferentes situações como feminino, lésbico, *queer*, ou trans. Apesar de suas excentricidades, a interface entre, por um lado, a apropriação de Carlyle do herói revolucionário e sua visualização da história como uma guerra permanente, e por outro, a estratégia militar da visualização, deixou um legado considerável. Enquanto a ideia de Carlyle de liderança mística não era uma forma prática de organização, a visualidade imperial britânica foi organizada por meio de um exército de missionários que traziam a luz à escuridão por meio da Palavra, imaginando-se ativamente como sujeitos heróicos<sup>10</sup>. Os líderes fascistas da Europa do século XX reivindicaram ter sido diretamente inspirados por

<sup>6</sup>Comparar com a insistência de Derrida de que a escrita precede a fala em *Of Grammatology*, tradução de Gayatri Chakravorty Spivak (Baltimore, 1976), p. 14.

<sup>7</sup> Nota de revisão: O termo *plantation* não indica meramente uma plantação, o compreendemos como um tipo de cultivo comercial, baseado em latifúndios, com uso de mão de obra escrava e produção monocultora voltada para exportação. Sistema largamente utilizado para exploração e colonização dos países ditos subdesenvolvidos, ou colônias de exploração. O Senhor, proprietário das terras centralizava a autoridade local. Historicamente há indicações de que tais práticas ocorreram entre os séculos XV e XIX, embora também existam pesquisas que indicam perdurarem até os dias de hoje.

<sup>8</sup> Nota de revisão: Também chamado de “Senhor” ou “Senhor de engenho” nas *plantations*.

<sup>9</sup> Ver Thomas Carlyle, *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* (Berkeley, 1993), p. 3-4.

<sup>10</sup> Ver Jean Comaroff e John L. Comaroff, *Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa*, v. 1 de *Of Revelation and Revolution* (Chicago, 1991), p. 35, 52-53.

Carlyle, enquanto a atual doutrina da contrainsurgência baseia-se indiretamente nas estratégias de visualização local e remota.

Para aqueles liderados por tais heróis, Carlyle recusou-se até mesmo a oferecer-lhes um nome, considerando-os uma corja [*mob*], exceto quando sujeitos à liderança. Na política britânica do século XIX, qualquer parte da multidão que reivindicasse um lugar na política era satiricamente apelidada de “mobilidade”, um trocadilho com a nobreza<sup>11</sup> que também indicava que essas pessoas estavam fora de seu lugar social. Os Cartistas<sup>12</sup> e outros radicais do período resgataram o termo mobilidade como uma forma moderna de multidão<sup>13</sup>. Contra o “caos” da mobilidade, a visualidade procurou apresentar a autoridade como auto-evidente, enquanto “a divisão do sensível por meio da qual a dominação impõe a evidência sensível de sua legitimidade”<sup>14</sup>. A autonomia reivindicada pelo direito a olhar tem sido, e continua a ser, oposta pela autoridade da visualidade. Apesar do nome, este processo não é composto apenas de percepções visuais no sentido físico, mas é formado por um conjunto de relações que combinam informação, imaginação e introspecção em uma interpretação do espaço físico e psíquico. Não estou atribuindo agência para a visualidade, mas, como é agora um lugar comum, trato-a como uma prática discursiva para representar e regular o real que tem efeitos materiais, como o panóptico de Michel Foucault, o olhar<sup>15</sup>, ou a perspectiva. Uma certa modalidade de visualidade é composta de uma série de operações que podem ser resumidas em três categorias: em primeiro lugar, classifica nomeando, categorizando e definindo - um processo que Foucault conceituou como “a nomeação do visível”<sup>16</sup>. Esta nomeação foi fundada na prática da *plantation*, desde o mapeamento do espaço da plantação até a identificação de técnicas de cultivo (com finalidades exclusivamente econômicas - *cash-crop*), e a precisa divisão do trabalho necessária para sustentá-las<sup>17</sup>. Depois, a visualidade separa os grupos assim classificados como forma de organização social. Tal visualidade segregava aqueles que visualizavam para impedir que estes ganhassem coesão como sujeitos políticos, como trabalhadores, povo ou nação (descolonizada). Finalmente, faz parecer certa esta classificação separada e, portanto, estética. Tal como afirmou Frantz Fanon, tal experiência repetida gera uma “estética de respeito pelo *status quo*”<sup>18</sup>, uma estética do adequado, do dever, do que é sentido para ser correto e portanto agradável e, em última instância, até mesmo belo. Classificar, separar e estetizar formam, juntos, o que chamarei de

<sup>11</sup> Nota da tradutora: o trocadilho original em inglês ao qual Mirzoeff faz referência é entre “nobility” (nobreza) e “mobility” (mobilidade/“corjeza”).

<sup>12</sup> Nota da tradutora: O Cartismo foi um movimento social inglês que se iniciou na década de 30 do século XIX e que inicialmente fundou-se na luta pela inclusão política da classe operária, representada pela associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men's Association*).

<sup>13</sup> Ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Classes* (New York, 1964), p. 73.

<sup>14</sup> Rancière, *Aux bords du politique*, p. 17.

<sup>15</sup> Nota da tradutora: Mirzoeff utiliza aqui dois termos para se referir a olhar: “look” e “gaze”. O termo “gaze” foi empregado nesse trecho. Ao longo do texto, o autor reivindica o gesto de “olhar” utilizando-se geralmente da palavra “look”.

<sup>16</sup> Michel Foucault, *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*, tradução pública. (London, 1970), p. 132.

<sup>17</sup> Ver W. J. T. Mitchell, *What Do Pictures Want? The Lives and Loves of Images* (Chicago, 2005) para uma crítica similar de *the order of things*.

<sup>18</sup> Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth*, tradução de Richard Philcox (New York, 1994), p. 3.

um complexo de visualidade. Todo esse platonismo depende de uma classe servil, seja formalmente uma classe escrava<sup>19</sup> ou não, cuja tarefa é fazer o trabalho que deve ser feito e nada mais<sup>20</sup>. Podemos nos engajar em qualquer atividade necessária para a realização deste trabalho, visual ou de outra natureza, mas para nós, os da “mobilidade”, não há nada para ser visto.

O direito a olhar reivindica autonomia em relação a esta autoridade, recusa-se a ser segregado, e espontaneamente inventa novas formas. Ele quer separar o direito do que é lei, considerando o direito como momento anterior de formação, tanto no processo judicial quanto da lei lacaniana do *olhar*<sup>21</sup>. A ideia de que tais distinções são utópicas é uma parte vital das justificativas da autoridade e deve ser rejeitada, embora com uma dose necessária de pessimismo Gramsciano. O direito a olhar não é, portanto, um direito relativo à declaração de direitos humanos ou defesa de pautas. O direito a olhar é uma recusa a permitir que a autoridade suture sua interpretação do sensível para fins de dominação, primeiro como lei e, em seguida, como estética. Escrevendo sobre tais recusas à legitimação, Antonio Negri assinala que “é novamente Foucault quem estabelece as bases desta experiência crítica, melhor ainda, deste mascaramento de um platonismo ancestral (na nossa civilização) que ignora o direito ao real, ao poder do evento.”<sup>22</sup> O direito a olhar é, então, a reivindicação por um direito ao real. É o limite da visualidade, o lugar onde tais códigos de separação encontram uma gramática da não-violência (significando uma recusa à segregação), como forma coletiva. Confrontados com esta dupla necessidade de apreender e contrariar um real que existe, mas não deveria, e um que deveria existir, mas ainda está em devir, a contravisualidade tem criado uma variedade de formatos realistas estruturados em torno destas tensões. Poderíamos ter o cuidado de Bertolt Brecht ao trabalhar com a realidade e os realismos ao pé da letra aqui: “A realidade não é somente tudo o que é, mas tudo aquilo que está se tornando. É um processo. Opera por meio de contradições. Se não for percebida em sua natureza contraditória, não será nem mesmo percebida.”<sup>23</sup> Esta criação de realidade como efeito perceptivo sob contradição não é o mesmo que o realismo, como usualmente tem sido definido na literatura e nas artes visuais. Certamente o realismo de meados do século XIX, geralmente definido com esse nome, é uma parte dele, como também o neo-realismo da cultura visual italiana do pós-guerra, mas o realismo da contravisualidade não é necessariamente mimético. Para dar um exemplo famoso, o painel *Guernica* de Pablo Picasso expressa tanto a realidade do bombardeio aéreo que foi e é fundamental para a visualidade contemporânea, como também protesta contra essa mesma visualidade, com força suficiente para que oficiais americanos pedissem para que a réplica da pintura, que se encontra nas Nações Unidas, fosse coberta quando eles defendiam a intervenção bélica contra o Iraque em

<sup>19</sup>Nota da tradutora: o termo em inglês é “chattel slavery”, que faz referência à escravidão enquanto sistema legal no qual os escravos eram tratados como bens e/ou propriedades.

<sup>20</sup>Ver Rancière, *The Philosopher and His Poor*, tradução de Andrew Parker, ed. John Drury, Corinne Oster, and Parker (Durham, N.C., 2003).

<sup>21</sup>Nota da tradutora: no original “gaze”.

<sup>22</sup>Antonio Negri, *Time for Revolution*, tradução de Matteo Mandarini (New York, 2003), p. 142.

<sup>23</sup>Citado em Wolfgang Fritz Haug, “Philosophizing with Marx, Gramsci, and Brecht,” *Boundary 2*, v. 34, n.3 (Fall 2007), p. 153.

2003. O realismo aqui é uma tentativa de chegar a um acordo com a tendência da modernidade de exceder a compreensão humana em sua subversão permanente das condições de existência. Como ponderou Pier Paolo Pasolini em sua consideração sobre Antonio Gramsci: “talvez devêssemos, com toda a humildade e, nos apoiando num neologismo audacioso, definir a realidade como aquilo-de-onde-se-deve-extrair-sentido.” Seguindo essa direção, o direito a olhar não é simplesmente uma questão de montagem de imagens visuais, mas sim uma questão acerca das bases sobre as quais tais montagens são capazes de se fazer percebidas como representações de um dado evento que façam sentido.

Estou usando a frase *o direito a olhar* ao invés de uma forma baseada na liberdade para insistir na minha reivindicação de uma autonomia com base em um de seus primeiros princípios: o direito à existência. É a diferença marcada por William Edward Burghardt Du Bois, ao insistir que os escravos nos Estados Unidos se libertaram a si mesmos através de uma greve geral contra a escravidão, ao invés de se deixarem emancipar passivamente. Pensem em Rosa Parks recusando-se a ir para o fundo do ônibus. É o dissenso com a visualidade, significando “uma disputa sobre o que é visível enquanto elemento de uma situação, sobre quais elementos visíveis pertencem ao comum, sobre a capacidade dos indivíduos para identificar este comum e reivindicá-lo.”<sup>24</sup> É a reivindicação performativa de um direito a olhar onde tecnicamente ele não existe que coloca a contravizualidade em jogo. Como a visualidade, ele relaciona aspectos formais e históricos. O direito, no direito a olhar, contesta primeiramente o direito de propriedade sobre outra pessoa, insistindo na autonomia irreduzível de todas as pessoas, antes de qualquer lei. A autonomia implica uma realização das reivindicações iluministas por direitos no contexto da colonialidade, com ênfase no direito à subjetividade e à contestação da pobreza<sup>25</sup>. Ao envolver-me em tal discussão, estou implicitamente rejeitando a ideia do direito enquanto ardil biopolítico, conforme apresentado por Giorgio Agamben<sup>26</sup>. Não há vida nua totalmente fora da esfera do direito. Michael Hardt e Negri citam Spinoza: “Ninguém pode transferir completamente para um outro todo o seu direito, e conseqüentemente seu poder, cessando de ser um ser humano, nem nunca haverá um poder soberano que possa fazer tudo o que lhe compraza.”<sup>27</sup> De maneira semelhante, Ariella Azoulay tem descrito o legado de discursos revolucionários relativos aos direitos, precisamente como “lutas propondo<sup>28</sup> uma demanda de que a vida nua seja reconhecida como uma vida que vale a pena viver.”<sup>29</sup> Ela, relevantemente, percebe essas demandas sendo aplicadas no feminismo desde a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), de

<sup>24</sup>Rancière, “Introducing Disagreement,” tradução de Steven Corcoran, *Angelaki* 9 (Dec. 2004), p. 6.

<sup>25</sup>Ver Cesare Casarino e Negri, *In Praise of the Common: A Conversation on Philosophy and Politics* (Minneapolis, 2008), p. 86-88.

<sup>26</sup> Ver Giorgio Agamben, *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, tradução de Daniel Heller-Roazen (Stanford, Calif., 1998), p. 126-35. Agamben afirma que “a vida” torna-se um termo político com a formação de um discurso dos direitos do homem em 1789, deixando de lado toda a questão da escravidão que é central aqui.

<sup>27</sup> Citado em Michael Hardt and Negri, *Commonwealth* (Cambridge, Mass., 2009), p. 75.

<sup>28</sup>Nota de revisão: a citação no texto original de Mirzoeff indica “pos[ing]”, da seguinte maneira: “struggles pos[ing] a demand that bare life be recognized as life worth living.”

<sup>29</sup>Ariella Azoulay, *The Civil Contract of Photography*, tradução de Rela Mazali e Ruvik Danieli (New York, 2008), p. 64. Ver também Thomas Docherty, *Aesthetic Democracy* (Stanford, Calif., 2006).

Olympe de Gouges. Se o direito a olhar está em dissenso com a lei do *olhar*<sup>30</sup>, é porque não deixa de ser um projeto feminista. Como Rancière e Azoulay indicam, a insistência de Olympe de Gouges de que se as mulheres têm o “direito” a serem executadas, elas são fundamentalmente iguais, demonstra mais adiante que “a própria vida nua é política.”<sup>31</sup> Precisamente o mesmo argumento deveria ser feito acerca do escravo, que, embora não sendo um sujeito de direito, foi no entanto, obrigado a códigos legais, especificamente punições. O direito, no direito a olhar, simplesmente reconhece a genealogia escravocrata patriarcal de autoridade - e sua recusa.

Autoridade deriva do termo latino *auctor*. No direito romano, o *auctor* era o “fundador” de uma família, literalmente o patriarca. Portanto ele era também (e sempre), um homem que detinha o poder de vender escravos, dentre outras formas de propriedade, completando o complexo de autoridade.<sup>32</sup> A autoridade pode ser definida como o poder sobre a vida, ou biopoder, fundamentalmente definido pela autoridade sobre um “escravo”<sup>33</sup>, a forma-mercadoria da vida humana. No entanto, essa genealogia desloca a pergunta: quem ou o que habilita uma pessoa com autoridade a vender seres humanos? De acordo com Tito Lívio, os povos nativos que moravam no local que se tornaria Roma estavam sujeitos à autoridade (*auctoritas*) de Evandro, filho de Hermes, que governou “mais pela autoridade do que pelo poder (*imperium*).” Essa autoridade derivava de sua capacidade, como o filho do mensageiro dos deuses, para interpretar sinais. Como Rancière propõe, “o *auctor* é um especialista em mensagens.”<sup>34</sup> Esta capacidade para discernir significado, tanto no meio quanto na mensagem, gera a aura de autoridade da visualidade. Quando, para além disso, é investida com poder (*imperium*), essa autoridade se converte na capacidade de designar quem deveria servir e quem deveria governar. Essas certezas mitológicas não sobreviveram ao descentramento violento da cosmovisão europeia, produzida por múltiplos choques a partir de 1492: o encontro com as Américas, a expulsão dos judeus e do Islã da Espanha, e o estabelecimento do sistema heliocêntrico de Copérnico. No início do período moderno, Montaigne já podia discernir o que ele chamou de “fundamento místico da autoridade”<sup>35</sup>, isto é, a falta de clareza relativa a quem ou o que autoriza a autoridade. Como Derrida sugere,

<sup>30</sup>Nota da tradutora: no original “gaze”.

<sup>31</sup> Jacques Rancière, *Hatred of Democracy*, tradução de Steve Corcoran (New York, 2006), p. 60.

<sup>32</sup>Ver H. Wagenvoort, *Roman Dynamism: Studies in Ancient Roman Thought, Language, and Custom* (Oxford, 1947), p. 17–23.

<sup>33</sup>Esta abordagem difere da distinção entre vida nua e vida social proposta por Agamben em *Homo Sacer*. Aqui “vida nua” é o “simples fato de viver” (p. 1), cuja “politização... constitui o evento decisivo da modernidade” (p. 4). Agamben vê esta produção de um corpo biopolítico como chave para o poder soberano, especialmente sob o regime da sociedade do espetáculo, que produz uma convergência entre as democracias modernas e sociedades totalitárias. A ausência da escravidão nesta análise cria um lacuna insuperável, como já foi indicado por Ewa Plonowska Ziarek, “Bare Life on Strike: Notes on the Biopolitics of Race and Gender,” *South Atlantic Quarterly*, v. 107 (Winter 2008), p. 89-105, especialmente p. 94-98.

<sup>34</sup> Rancière, *Aux bords du politique*, p. 31.

<sup>35</sup>Ver o monumental ensaio de Derrida, “Force of Law: The ‘Mystical Foundation of Authority,’” tradução de Mary Quaintance, *Cardozo Law Review*, v.11 (July-Aug. 1990), p. 920-1047.

“desde a origem da autoridade, o fundamento ou base, a posição da lei não pode, por definição, apoiar-se em nada além de si mesmas, pois são uma violência sem base.”<sup>36</sup>

A origem assumida da autoridade enquanto legalidade é de fato baseada na força, na execução da lei, sumariadas, nesse contexto, pela mercantilização da pessoa em escravidão. Esta auto-autorização da autoridade necessitava de um suplemento para que parecesse óbvia, que é exatamente o que estou chamando visualidade.

## 2 COMPLEXOS DE VISUALIDADE

Classificar, separar e estetizar formam conjuntamente o que chamo de complexo de visualidade (figura 1). Ao traçar uma genealogia descolonial da visualidade, identifiquei três complexos primários de visualidade e de contravisualidade: o complexo *plantation* que sustentou o comércio transatlântico de escravos; o que era conhecido por certos apologistas do império britânico como o complexo imperialista; e aquilo que o Presidente Dwight Eisenhower identificou como o complexo militar-industrial, que ainda permanece conosco.

Nome	Figura simbólica	Datas
Complexo <i>plantation</i>	Fiscal, capataz, etc.	1660-1865
Complexo imperial	Missionário	1857-1947
Indústria militar	Contra-insurgente	1945---presente

**FIGURA 1** – Complexos de visualidade

Esta representação esquemática está sujeita a duas ressalvas: cada complexo se “intensifica” sob pressão da resistência, e as datas aqui são indicativas apenas da momentânea abrangência da hegemonia de cada complexo.

*Complexo* aqui significa a produção de um conjunto de organizações sociais e processos que formam um dado complexo, como o complexo *plantation*, e a economia psíquica de um indivíduo, tal como o complexo de Édipo, embora eu não tenha espaço para desenvolver esse ponto do argumento aqui. A imbricação resultante entre mentalidade e organização produz uma visualizada disposição estratégica de corpos e um treinamento das mentes, organizada para sustentar a segregação física entre governantes e governados e a aquiescência mental a tais arranjos. O complexo resultante tem volume e substância, formando um mundo vivo que pode ser visualizado e habitado.

A diferença entre um complexo de visualidade e uma atribuição sensorial específica pode ser vista na diferença entre a antiga e a moderna escravidão. Heródoto nos conta como os Citas da antiguidade cegavam seus escravos. Por serem cavaleiros nômades, os Citas buscavam impedir que os seus escravos escapassem<sup>37</sup>. Isso só pode também indicar a escravidão como a remoção do direito a olhar. A cegueira torna a pessoa um escravo e remove a possibilidade de recuperação do status de pessoa livre. Este arquétipo da cegueira da escravidão foi transformado pela prática formal da vigilância própria da visualidade nos

<sup>36</sup>Ibid., p. 943.

<sup>37</sup> Ver Timothy Taylor, “Believing the Ancients: Quantitative and Qualitative Dimensions of Slavery and the Slave Trade in Later Prehistoric Eurasia,” *World Archaeology*, v. 33 (June 2001), p. 27-43.



complexos *plantation*<sup>38</sup>. O complexo *plantation* foi constituído por vários movimentos sucessivos de classificação a partir de meados do século XVII, abrangendo desde o estabelecimento do Código de Barbados (*Barbados Slave Code*) em 1661 até o mapeamento obrigatório de todas as plantações pelo Almirantado em 1670 e a criação do discurso da história natural, datado por Foucault com precisão incomum na publicação da *História natural dos quadrúpedes* (Natural History of Quadrupeds) de Johnston em 1657<sup>39</sup>. O escravo era uma pessoa assim classificada pela lei e pela história natural, relegado à plantação, onde ela ou ele estava sob a inspeção do supervisor (figura 2).



**FIGURA 2** - Jean-Baptiste du Tertre, “Indigoterie,” de *Histoire Générale des Antilles* (1667). O único superintendente (fiscal), no centro da figura, mantém uma divisão de quatorze partes do trabalho em movimento por meio de sua vigilância. Sua *lianne*, ou cana, o agente e símbolo de punição corporal, está em repouso; seus olhos fazem o trabalho.

Os comerciantes transatlânticos de escravos não cegavam fisicamente os escravizados, pois sabiam que o seu trabalho requeria um engajamento visual, e assim escravos fugitivos eram encontrados por todo o hemisfério. No entanto, a autoridade legal da escravidão agora policiava a imaginação dos escravos. Por exemplo, na colônia britânica da Jamaica, os escravizados eram proibidos até mesmo de “imaginar a morte de qualquer pessoa branca.”<sup>40</sup>

<sup>38</sup>Ver Philip D. Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History* (1990; New York, 1998), p. 82-83.

<sup>39</sup>Foucault, *The Order of Things*, p. 128-29.

<sup>40</sup>*Acts of Assembly, Passed in the Island of Jamaica; From 1681, to 1737, Inclusive* (London, 1738), p. 77; citado em Kathleen Wilson, “The Performance of Freedom: Maroons and the Colonial Order in Eighteenth-Century Jamaica and the Atlantic Sound,” *William and Mary Quarterly*, v. 66, 3rd ser. (Jan. 2009), p. 52.

Em contrapartida, na metrópole só se tornou uma ofensa capital imaginar a morte de um rei durante a crise revolucionária dos anos 1790<sup>41</sup>. A diferença nessas leis sugere que qualquer pessoa branca na colônia *plantation* era o equivalente do soberano na metrópole (*home nation*). Além disso, a *plantation* estava permanentemente sujeita a uma possível revolta, enquanto a metrópole era visitada por tais tensões apenas como parte de emergências mais amplas.

Enquanto a noção de autoridade mantém-se inalterada face à modernidade, eternamente derivando poder de sua habilidade para interpretar mensagens, na realidade, ela tem sido radicalmente transformada pela própria resistência que ela própria produziu. Este paradoxo tem gerado mudanças nos complexos de visualidade. O que Foucault chamou de “intensidade” possibilitou visualidades e contravizualidades “mais econômicas e eficazes”<sup>42</sup>. Sob efeito dessa intensificação, cada forma de visualidade se torna mais específica e técnica, de modo que dentro de cada complexo exista, por assim dizer, tanto uma forma padrão quanto uma forma intensificada. Este é o paradoxo vislumbrado por Carlyle, no qual história e visualização tornaram-se mutuamente constitutivas como a própria realidade da modernidade sem, no entanto, uma conseguir dar conta da outra inteiramente<sup>43</sup>. É o espaço entre intenção e execução que permite a possibilidade de uma contravizualidade que seja mais do que simplesmente a oposição determinada pela visualidade como preço necessário a ser pago por seu devir. Para prosseguir com o exemplo da escravidão e da vista, depois da revolução haitiana e dos dramas da abolição e da Reconstrução, um simples olhar<sup>44</sup> para uma pessoa branca, especialmente uma mulher branca ou uma pessoa de autoridade, foi proibido àqueles classificados como “de cor”<sup>45</sup> por Jim Crow. Tal olhar foi concebido em si próprio como violento e sexuado, uma intensificação do policiamento da visualidade. Ainda em 1951, um fazendeiro chamado Matt Ingram foi condenado por agredir uma mulher branca na Carolina do Norte, porque ela não tinha gostado da maneira como ele olhou para ela a uma distância de sessenta e cinco pés<sup>46</sup>. Este monitoramento do olhar se manifestou também na fase de Abu Ghraib da guerra no Iraque (2003-4), quando os prisioneiros recebiam ordens como “não crave seus olhos em mim!”<sup>47</sup>

<sup>41</sup>Ver John Barrell, *Imagining the King's Death: Figurative Treason, Fantasies of Regicide, 1793-1796* (New York, 2000).

<sup>42</sup> Foucault, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, trans. Alan Sheridan (New York, 1977), p. 207; citado em Jeffrey T. Nealon, *Foucault beyond Foucault: Power and Its Intensifications since 1984* (Stanford, Calif., 2008), p. 32; ver p. 32-53 para uma descrição mais detalhada deste conceito.

<sup>43</sup> Raymond Williams argumentou que os escritores vitorianos como Carlyle fizeram as perguntas certas, mas deram as respostas erradas; ver Raymond Williams, *Culture and Society, 1780-1950* (New York, 1958), p. 75-77.

<sup>44</sup>Nota da tradutora: a expressão original que Mirzoeff usa é “reckless eyeballing”, que descreve um olhar fixo e descarado; em português seria encarar, fitar.

<sup>45</sup>Nota da tradutora: a expressão original em inglês é “colored”.

<sup>46</sup>Ver Mary Frances Berry, “‘Reckless Eyeballing’: The Matt Ingram Case and the Denial of African American Sexual Freedom,” *Journal of African American History*, v. 93, n. 2 (2008), p. 223-34.

<sup>47</sup>*The Torture Papers: The Road to Abu Ghraib*, editado por Karen J. Greenberg e Joshua L. Dratel (New York, 2005), p. 1214.

Nota da tradutora: a expressão original em inglês é “don’t eyeball me!”, que faz referência direta ao globo ocular.

Se o legado do complexo *plantation* é a vigilância local das pessoas por uma figura de autoridade, visível ou não, a visualidade imperial era um modelo centralizado para o controle de populações remotas. O complexo imperial da visualidade conectava a autoridade, centralizada a uma hierarquia civilizacional, por meio da qual aqueles com “cultura” dominavam os “primitivos”. Esta classificação global era uma hierarquia mental, bem como um meio de produção. Depois de “Sobre a origem das espécies” (*On the Origin of Species*), de Charles Darwin (1859), a cultura tornou-se a chave para imaginar as relações entre os centros e as periferias coloniais, como visualizado pelos colonizadores. Em 1869, Matthew Arnold dividiu a modernidade britânica em tendências relativas à cultura e à anarquia, levando-o a dar apoio inquestionável às forças da lei, “porque sem ordem não pode haver sociedade, e sem sociedade não pode haver perfeição humana.” Cultura é perfeição e, portanto, é estética, exigindo a separação de seu oposto anárquico. De olho na violência política londrina em 1866, Arnold propôs “açoitar as bases”<sup>48</sup> (a *mobilidade*) mesmo se a causa fosse boa, como “a abolição do tráfico de escravos”<sup>49</sup>. Findar com a escravidão em 1869 por si só não poderia ter prioridade sobre a manutenção da autoridade. A classificação da cultura e da anarquia tornou-se um princípio de separação cuja autoridade foi tal que se tornou direito em si. As peculiaridades das divisões políticas entre as forças da cultura e aquelas da anarquia, foram subsequentemente mapeadas pelas diferentes camadas civilizacionais definidas pelos etnógrafos. Assim, quando Edward Tylor definiu a cultura como a “condição do conhecimento, religião, arte, costume e similares” nas sociedades primitivas, ele estava certo de que a civilização europeia (como ele a percebeu) encontrava-se numa situação de superioridade em relação a tais culturas.<sup>50</sup> Esta transformação dramática na conceituação de nações enquanto hierarquias espacializadas de culturas ocorreu rapidamente, assim como a classificação do complexo *plantation* tinha feito dois séculos atrás. A tese de Arnold foi seguida rapidamente pelas publicações, em 1871, de *A Descendência do Homem* de Darwin, e *Cultura primitiva* de Tylor, ambos delimitando tipos de humanidade. Tylor apresentou a descrição darwinista da evolução da humanidade como existente em tempo real com os “primitivos” separados do “civilizado” apenas pelo espaço. Enquanto o herói de Carlyle era uma figura mística, a “civilização” agora podia visualizar, ao passo que o “primitivo” ficava encerrado no coração da escuridão produzida pelo esquecimento proposital de séculos de encontro. Desta forma, a visualidade tornou-se tanto tridimensional quanto complexamente distribuída no espaço. Como a civilização ocidental tendia, desde este ponto de vista, à “perfeição”, ela era sentida como estética, e as separações engendradas por ela estavam, portanto, simplesmente certas, embora visíveis apenas para o que Tylor denominou de “pequena minoria crítica da humanidade”<sup>51</sup>. Esta minoria reunia, no entanto, as condições para administrar um império centralizado como uma questão prática, de uma maneira que os

<sup>48</sup>Nota da tradutora: a expressão em inglês é “flog the rank and file”, que faz referência ao controle do povo ou dos soldados por meio do uso do chicote.

<sup>49</sup>Matthew Arnold, *Culture and Anarchy*, editado por R. H. Super (1869; Ann Arbor, Mich., 1965), p. 223, 526.

<sup>50</sup>Edward B. Tylor, *Primitive Culture*, 2 vols. (London, 1871), p.1-5.

<sup>51</sup>Ibid., 1-12.

heróis místicos de Carlyle não poderiam ter feito, criando o que Fanon mais tarde chamou de “arsenal de complexos” nos colonizados.<sup>52</sup>

Se a visualidade baseou-se em um conjunto de classificações, separações e estetizações, a contravisualidade do direito a olhar tem suas próprias técnicas, as quais comentarei aqui usando a genealogia radical de Jacques Rancière, cujo trabalho tem sido fundamental para meu projeto, enfatizando e insistindo que essas técnicas são derivadas da prática histórica. A classificação foi combatida pela educação - entendida como emancipação, isto é, como “ato de uma inteligência obedecendo apenas a si mesma, mesmo quando a vontade obedece a uma outra vontade.”<sup>53</sup> A educação tem sido compreendida pelas classes trabalhadoras e subalternas como meio primordial de emancipação, desde os esforços do escravo para alcançar a alfabetização até as campanhas do século XIX rumo à educação universal que culminaram (nos Estados Unidos) com *Brown v. Board of Education* (1954)<sup>54</sup>. A educação era o meio prático de superar a função designada a você. A separação foi combatida pela democracia, remetendo não apenas a eleições representativas, mas ao lugar (como na conhecida frase de Rancière) “da parte que não tem parte” no poder. Platão designou seis categorias de pessoas com títulos para o poder; todos aqueles que sobraram, a grande maioria, são aqueles sem “parte”, aqueles que não contam<sup>55</sup>. Aqui o direito a olhar está fortemente interligado com o direito de ser visto. Ao combinar educação e democracia, aqueles classificados como bons apenas para o trabalho reafirmaram o seu lugar e título. A estética do poder foi correspondida pela estética do corpo, não simplesmente como forma, mas também como afeto e necessidade. Essa estética não é um esquema classificatório do belo, mas “uma estética no cerne da política... como o sistema de formas *a priori* que determina o que se apresenta para a experiência sensorial.”<sup>56</sup> Estas formas centram-se em torno do sustento e do que chamo de política do alimento, adaptando uma frase do discurso da diáspora Africana<sup>57</sup>. Essa política é talvez melhor conhecida através do slogan *quarenta acres e uma mula*, que foi usado para encapsular as exigências feitas pelos ex-escravos durante a Reconstrução de sua independência econômica e alimentar. Poderia ser descrita agora como sustentabilidade. Estas contravisualidades não são visuais, vocês poderiam dizer. Eu não disse que eram. Eu reivindico que elas são e foram visualizadas como metas, estratégias e formas imaginadas de singularidade e coletividade. Se elas não parecem realistas, esta é a medida do sucesso da visualidade que converteu *visão* e *liderança* em sinônimos. Esse sentido alargado do real, o realista, e realismo(s) está em jogo no conflito entre a visualidade e a contravisualidade. O “realismo” da contravisualidade é o meio pelo qual se tenta dar sentido à irrealidade criada pela autoridade da visualidade enquanto, ao

<sup>52</sup>Fanon, *Black Skin, White Masks*, tradução de Charles Lam Markmann (New York, 1967), p. 30.

<sup>53</sup>Rancière, *The Ignorant Schoolmaster: Five Lessons in Intellectual Emancipation*, tradução de Kristin Ross (Stanford, Calif., 1991), p. 13. Eu gostaria de agradecer a Ross por suas apresentações brilhantemente perspicazes para o trabalho de Rancière em versão impressa e pessoal.

<sup>54</sup>Nota da tradutora: Este foi um caso marcante julgado na Suprema Corte dos Estados Unidos, onde pela primeira vez resolveu-se que as divisões raciais entre estudantes brancos e negros, em escolas públicas, eram inconstitucionais.

<sup>55</sup> Ver Rancière, *Hatred of Democracy*.

<sup>56</sup> Rancière, *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*, trad. Gabriel Rockhill (New York, 2004), p. 13.

<sup>57</sup> Ver Jean-François Bayart, *The State in Africa: The Politics of the Belly* (London, 1993).

mesmo tempo, propõe uma alternativa real. Não se trata de modo algum de uma representação simples ou mimética da experiência vivida, mas de retratar realidades existentes e as contrapõe com um realismo diferente.

### 3 REGIMES NECROPOLÍTICOS DE SEPARAÇÃO

“A visualização do comandante é a base para a condução... de uma operação”<sup>58</sup>

Dado que a visualidade era uma técnica para fazer a guerra que foi apropriada como um meio para justificar a autoridade enquanto imaginação da história, o fim da guerra fria em 1989 poderia ter renunciado a criação de uma era de pós-visualidade. Ao invés disso, a Revolução em Assuntos Militares<sup>59</sup>, cujo começo está mais ou menos datado nesse momento, ampliou e transformou a visualidade utilizando a tecnologia digital para perseguir objetivos táticos próprios do século XIX, criando o que Derek Gregory chamou de “economia visual [do] ... imaginário militar americano”<sup>60</sup>. Este imaginário visualizado culminou, em 2006, com a política de contrainsurgência baseada na visualização da área de operações pelo comandante de campo. O extraordinário Manual do Exército do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (*The US Army Marine Corps Counterinsurgency Field Manual*) integrou as táticas próprias das “pequenas guerras” da governança imperial do século XIX com a retórica da guerra fria sobre terror e liberdade com as tecnologias digitais das guerras de informação<sup>61</sup>. Esta política não parece tão diferente quando considerada do ponto de vista pós-colonial, onde o complexo militar-industrial já era uma contra-insurreição, como na Argélia, Indochina, América Latina, e agora o Oriente Médio. O comandante contra-insurgente de hoje, no entanto, considera todo o planeta um espaço potencial de insurgência. A contrainsurgência global resultante (*Global Counterinsurgency* - GCOIN para os militares) é um excelente exemplo de uma forma de imbricação pós-colonial<sup>62</sup>. A partir dos legados do complexo *plantation* nos Estados Unidos (ressuscitados pela presidência Obama) até os sonhos imperiais, globalmente instaurados pelo complexo militar-industrial, cada modalidade de visualidade está atualmente em ação. GCOIN pode concomitantemente assumir a forma de uma pequena guerra imperial, uma construção de governança contra-insurgente, ou de contenção tecnológica de qualquer conflito. Esta última, que parece estar em ascensão, sugere uma intensificação final da visualidade e sua concretização digital e necropolítica.

À luz desta fusão, é importante ressaltar que a classificação de um conflito era, de acordo com Carl von Clausewitz, a primeira tarefa do líder e, portanto, o primeiro passo da

<sup>58</sup>*The US Army Marine Corps Counterinsurgency Field Manual* (Chicago, 2007), p. 292.

<sup>59</sup> Nota da tradutora: a “Revolution in Military Affairs”, também conhecida como RMA, é o nome que recebe uma hipótese militar teórica. Em termos gerais a RMA afirma que, em certos períodos da história da humanidade, existiram novas doutrinas, estratégias, táticas e tecnologias militares que levaram a mudanças irreversíveis na condução da guerra.

<sup>60</sup>Derek Gregory, “American Military Imaginaries and Iraqi Cities: The Visual Economies of Globalizing War,” em *Globalization, Violence, and the Visual Culture of Cities*, editado por Christoph Lindner (New York, 2010), p. 68.

<sup>61</sup> Ver Nicholas Mirzoeff, “War Is Culture: Global Counterinsurgency, Visuality, and the Petraeus Doctrine,” *PMLA* 124 (Oct. 2009), p. 1737-46.

<sup>62</sup>Ver Achille Mbembé, *On the Postcolony*, trans. A. M. Berrett et al. (Berkeley, 2001), p. 14.

visualidade: “O primeiro, o supremo, o ato de julgamento de maior alcance que o estadista e o comandante tem que fazer é estabelecer por esse teste o tipo de guerra em que eles estão embarcando; nem confundindo-a, nem tentando transformá-la, em algo que é alheio à sua natureza”<sup>63</sup>. Na visão promovida pelo general David Petraeus, a mudança decisiva no Iraque e em outros lugares veio com a redefinição do conflito, da guerra para a contrainsurgência em 2005. Esta “guerra assimétrica” foi visualizada como luta darwiniana pela vida, ou, nas palavras do coronel Daniel S. Roper, diretor do Centro de contrainsurgência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (*US Army and Marine Corps Counter-insurgency Center*), “para preservar e promover o modo de vida das sociedades livres e abertas com base no estado de direito, derrotando o extremismo terrorista e criando um ambiente global hostil aos extremistas”<sup>64</sup>. A afirmação de Foucault de que a política é a guerra por outros meios tornou-se oficial. Ela implicou a adoção do controle populacional como tática militar<sup>65</sup>. A contrainsurgência militarizou a governamentalidade: “uma abordagem centrada na população, ao invés de focada, principalmente, senão exclusivamente, nos insurgentes”<sup>66</sup>. A estratégia de *limpar, manter e construir*, mantra militar da contrainsurgência recente, significa remover os insurgentes de uma localidade usando força letal, em seguida sustentar a expulsão por meios físicos, como muros, e, finalmente, construir um governo<sup>67</sup> neoliberal no espaço de circulação resultante. Assim, a contrainsurgência classifica e separa à força, para produzir uma governança imperial que se auto-justifica por ser tida como certa e, portanto, estética.

Esta visão idealizada ficou muito aquém na prática. De acordo com a *Central Intelligence Agency* (CIA), o Afeganistão tem a segunda maior taxa de mortalidade infantil no ranking mundial, posicionando-se em 219º (de 224) na classificação concernente à expectativa de vida. Em 2009, 40% da população estava desempregada, e a renda per capita foi de apenas US\$ 800<sup>68</sup>. Isto é necropolítica, não biopolítica. Mbembé definiu a necropolítica, a questão de quem deve viver e quem deve morrer, como “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”<sup>69</sup>. Mbembé deriva a genealogia desse direito soberano para matar da escravidão e do imperialismo colonial, quando o soberano podia agir com impunidade. Se a prioridade é manter a população ao invés de alocar e “reter” a morte<sup>70</sup>, tais condições no Afeganistão são decerto consideradas intoleráveis. Pois o objetivo desta contrainsurgência não é criar

<sup>63</sup> Carl von Clausewitz, *On War*, traduzido e editado por Michael Howard e Peter Paret (Princeton, N.J., 1976), p. 88; citado em Daniel S. Roper, “Global Counterinsurgency: Strategic Clarity for the Long War,” *Parameters*, v.38 (Autumn 2008), p. 105.

<sup>64</sup> Roper, “Global Counterinsurgency,” p. 101.

<sup>65</sup> Ver Foucault, *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975–1976*, tradução de David Macey, editado por Mauro Bertani e Alessandro Fontana (New York, 2003), p. 48.

<sup>66</sup> Sarah Sewall, “Introduction to the University of Chicago Press Edition” em *The US Army Marine Corps Counterinsurgency Field Manual*, p. xxiv.

<sup>67</sup> Nota da tradutora: governo é usado aqui em um sentido alargado que permitiria substituir a palavra por “governança” ou inclusive “governança”.

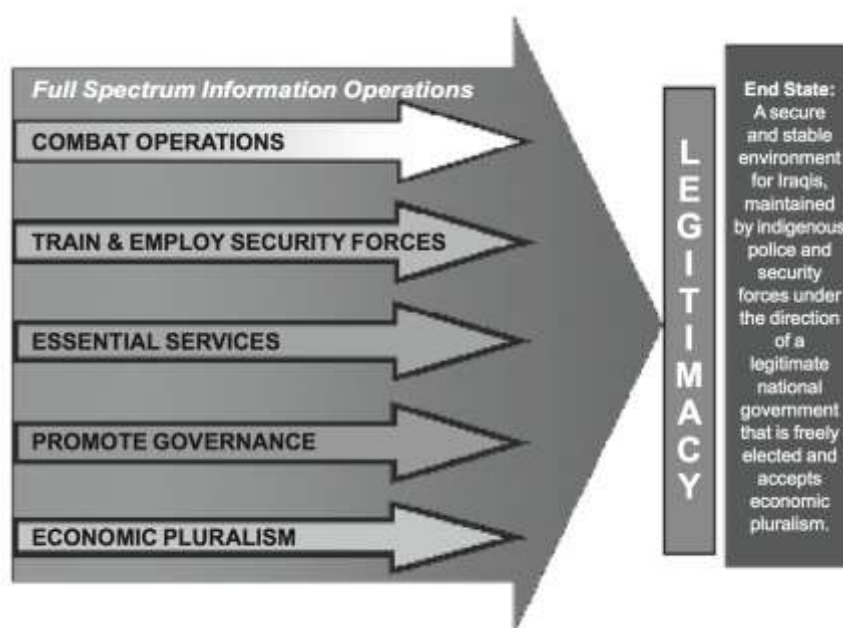
<sup>68</sup> CIA, “CIA: The World Factbook: South Asia: Afghanistan,” <<http://goo.gl/2e1gxS>>.

<sup>69</sup> Mbembe, “Necropolitics,” trad. Libby Meintjes, *Public Culture* 15 (Winter 2003): 14.

<sup>70</sup> Nota da tradutora: a expressão usada por Mirzoeff em inglês é “to withhold death”, o que de alguma forma sugere que a morte está sendo retida na mão do soberano. A morte pode ser alocada em qualquer momento, ela apenas está sendo “guardada” pelo poder.

estabilidade, mas naturalizar “o desequilíbrio de forças que se manifesta na guerra”, não enquanto política, mas enquanto cultura, a teia de significados num dado lugar e tempo<sup>71</sup>. O objetivo da contrainsurgência é produzir um espectro global de estados fracos ou fracassados incesantemente carentes de contrainsurgência. Deveras, o mantra dos estrategistas do GCOIN é a necessidade de se envolver com a *jihad global*, decorrente de um novo “Islã global... um arquipélago de comunidades sem estrutura e sem liderança cuja energia é estimulada por um sistema nervoso baseado nas tecnologias da comunicação”<sup>72</sup>. Os legados imperiais estão, então, dominando aos poucos a nova retórica da contrainsurgência no contexto de avançadas tecnologias digitais e de comunicação.

O resultado paradoxal (para usar um dos adjetivos preferidos de um dos teóricos do GCOIN) é uma combinação das técnicas do gueto com vigilância aérea sem pilotos, além de inspeção e ataque por controle remoto. As operações de classificação, separação e esteticização da visualidade tornaram-se uma única coisa. Em 2005, em uma visualização desta tática, o então tenente-general Peter Chiarelli viu as operações combinadas da GCOIN, gerando legitimidade (figura 3).



**FIGURA 3** – Tenente-general Peter Chiarelli, *Legitimacy*.

**Fonte:** De Peter Chiarelli e Patrick Michaelis, “Winning the Peace: The Requirement for Full Spectrum Operations,” *Military Review* (July-August 2005), p. 4-17.

Enquanto apenas dois dos cinco componentes desta legitimação sejam atividades militares tradicionais, todos eles estão subsumidos sob a categoria de “operações informacionais”. A informação produz legitimidade; a percepção torna-se realidade. Assim, os muros e outros obstáculos, tais como concebidos em Israel/Palestina, impõem uma

<sup>71</sup> Foucault, *Society Must Be Defended*, p. 16.

<sup>72</sup> John Mackinlay e Alison Al-Baddawy, *Rethinking Counterinsurgency* (Santa Monica, Calif., 2007), p. 41.

classificação que é por auto-definição legítima e, portanto, certa. Em Bagdá, por exemplo, os distritos foram designados Xiita ou Sunita e, posteriormente, os muros legitimaram essa classificação. Escrevendo no contexto Israel/Palestina, Hilla Dayan argumenta que “os regimes de separação... desenvolvem mecanismos inéditos de contenção, de separação forçada e isolamento de massas que ficam presas em seu espaço político estendido”<sup>73</sup>. Embora não faltem precedentes, dada a genealogia que vai do gueto medieval até o Muro de Berlim, a guerra baseada na informação-visualizada produz regimes necropolíticos de separação controlada desde o ar, não desde o chão. Estes regimes são globais, assim como o terreno de contrainsurgência é global, evidenciado pela extensa construção de barreiras na fronteira entre EUA e México, entre Marrocos e as cidades de Melilla e Ceuta, e em outros lugares, para não mencionar uma longa lista de Estados operando regimes internos de separação. Isso pode ser chamado de imaginário pós-panóptico porque só tem a intenção de controlar, ao invés de reformar, através da separação do “povo” dos “insurgentes”, quase como colocando em quarentena os primeiros para prevenir que sejam infectados pelos segundos<sup>74</sup>. A violência também não tem a pretensão, como na *plantation*, de sustentar a produção.

Esta necropolítica é invisível para o insurgente e opera de acordo com o princípio de “ou você está conosco ou está com os terroristas”. Embora os militares dos EUA continuem a usar uma retórica moralizada no que se refere à construção da nação, sua administração prática da contrainsurgência tem se arreadado, recentemente, para a gestão de desastres por meio da matança daqueles designados insurgentes com veículos aéreos não tripulados (*Unmanned Aerial Vehicles* - UAV). Aqueles que controlam as máquinas geralmente estão localizados nos Estados Unidos, enquanto os UAV podem estar sobrevoando o Afeganistão, o Paquistão, ou o Iraque (figura 4).

<sup>73</sup>Hilla Dayan, “Regimes of Separation: Israel/Palestine and the Shadow of Apartheid,” in *The Power of Inclusive Exclusion: Anatomy of Israeli Rule in the Occupied Palestinian Territories*, editado por Adi Ophir, Michal Givoni, e Sari Hanafi (New York, 2009), p. 285.

<sup>74</sup>Ver Gilles Deleuze, “Postscript on the Societies of Control,” *October*, n. 59 (Winter 1992), p. 3-7. Deleuze não discute meios visualizados de controle neste breve ensaio.





**FIGURA 4** – Operadores de veículos aéreos não tripulados.

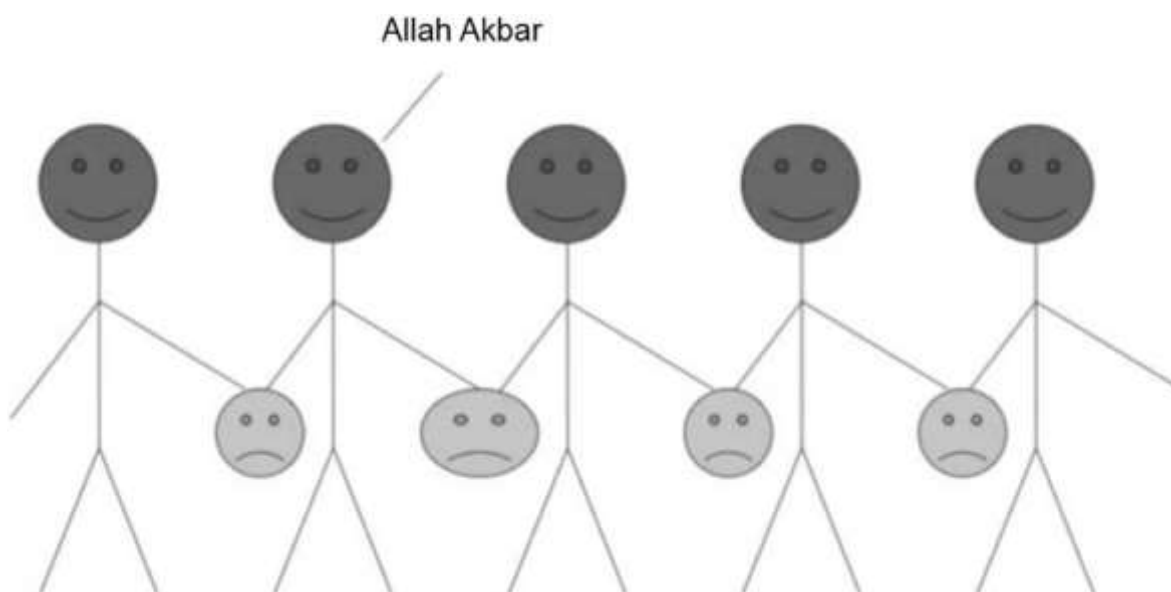
**Foto:** Master Sergeant Steve Horton, US Air Force.

Aqui a visualização não tem nenhum papel no reconhecimento de um ambiente cultural ou governamental, mas simplesmente ajuda no assassinato de pessoas-alvo. Essa guerra é metaforicamente equivalente a um jogo de videogame. Contradizendo a teoria imperial de seu próprio manual de campo, a contrainsurgência está sendo ensinada e experienciada como um jogo de imersão de múltiplos jogadores. Os soldados são treinados usando videogames e ambientes virtuais 3-D, por exemplo, no Instituto para Tecnologias Criativas da Universidade da Califórnia do Sul (*University of Southern California Institute for Creative Technologies*), onde o *Military Terrain for Games Pipeline* (*Iniciativa de Simulação de Terrenos Militares para Jogos*) foi instituído para manter as simulações atualizadas<sup>75</sup>. As tropas rotineiramente descrevem o combate como sendo um jogo, e os jogos têm sido utilizados como terapia para o choque pós-traumático. Os UAV e os jogadores de videogames usam o mesmo tipo de *joystick*. Como na maioria dos jogos modernos, no ambiente de jogo criado pela contrainsurgência, o truque é chegar no próximo nível, ao invés de completar cada ação possível do atual nível do jogo. Pois o objetivo da contrainsurgência não é criar estabilidade, mas naturalizar “o desequilíbrio de forças que se manifesta na guerra” e, assim, perpetuar-se a si própria.

A discussão militar, tanto oficial quanto extraoficial, centra-se agora sobre a maneira por meio da qual a dita visualização tem de algum modo virado a missão em si. Os oficiais subalternos de hoje investem grande parte do seu tempo produzindo apresentações de *PowerPoint*, materializando digitalmente suas visualizações do conflito. O avanço sobre modos passados de visualização foi notado no *blog* pró-contrainsurgência *Small Wars Journal*: “Os gráficos de *PowerPoint* substituem os enormes mapas de campanha e sobreposições problemáticas de acetato que foram usados pelos exércitos por décadas, permitindo que estes documentos sejam facilmente produzidos e distribuídos massivamente

<sup>75</sup>University of Southern California Institute for Creative Technologies, “Military Terrain for Games Pipeline,” <http://goo.gl/ag2gJl>.

com o clique de um mouse.”<sup>76</sup> Por outro lado, o *Armed Forces Journal* apontou para o “efeito emburrecedor” das listas de tópicos típicas do *PowerPoint*, que muitas vezes omitem a questão chave, de quem irá realmente realizar as tarefas indicadas nessas listas<sup>77</sup>. Como resposta, os defensores da contra-insurgência veicularam uma apresentação em *PowerPoint* feita pelo falecido capitão Travis Patriquin, em 2006, durante a campanha na província de Anbar, no Iraque, que foi amplamente divulgada durante certo tempo, também por meios de comunicação nacionais como *ABC News*, como exemplo emblemático de material visual altamente eficaz em campo (figura 5).



**FIGURA 5** – Apresentação em PowerPoint do capitão Travis Patriquin, 2005.

Isto é um grupo de insurgentes. Eles gostam de caos e poder. Eles conseguem isso cortando cabeças e intimidando bons iraquianos.

**Fonte:** Starbuck, “The TX Hammes PowerPoint Challenge (Essay Contest),” *Small Wars Journal*, v. 24, July 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/G0eBYm>>.

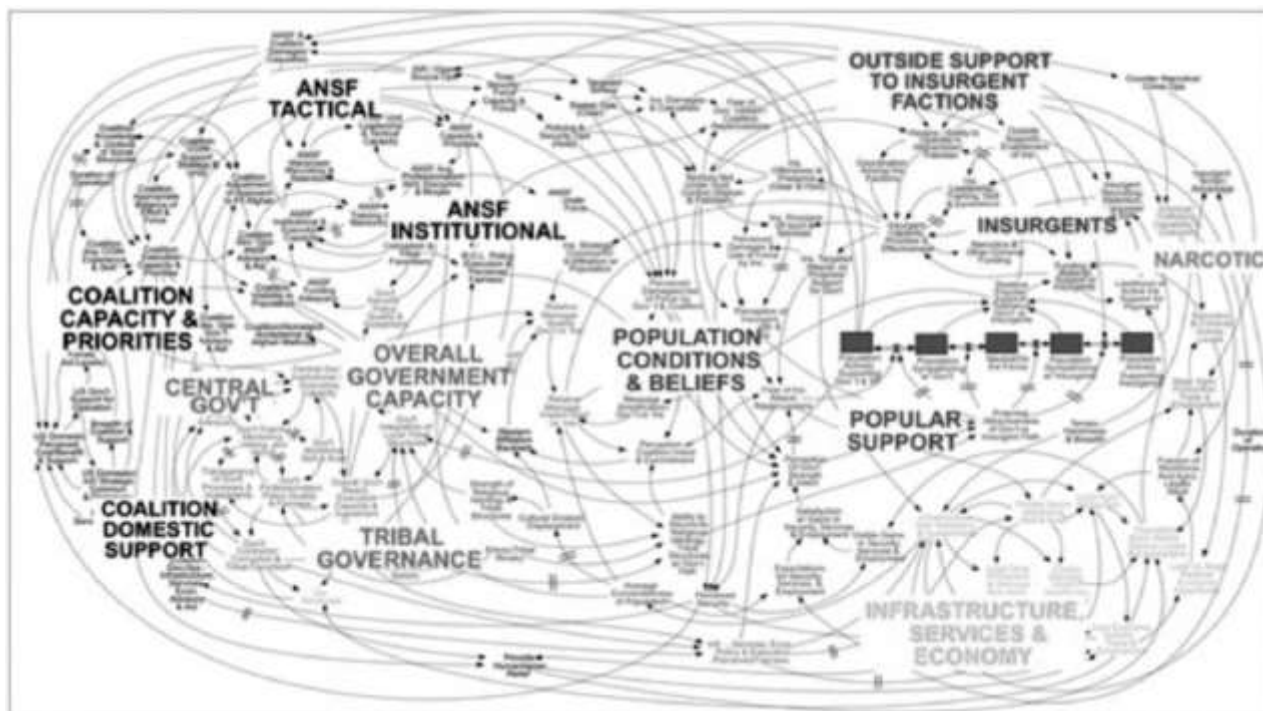
Embora ele falasse árabe, a tática de Patriquin era mais do que um pouco redutora. A insurgência aqui é reduzida a um filme de terror islâmico no qual a única motivação é causar o caos e conseguir o poder para si próprio. O uso de uma frase padrão da piedade muçulmana tal qual *Allah akbar* como *slogan* insurgente, evidencia que Patriquin não tinha uma compreensão sofisticada da situação iraquiana. No entanto, ele expressava a intensa autoconfiança do movimento contra-insurgente, que sentia-se em ascensão. Contra tal inimigo, todas as táticas seriam auto-legitimáveis.

O problema inverso foi manifestado em um gráfico criado para o general da reserva Stanley McChrystal, no verão de 2009, mostrando as conexões entre a insurgência e a contra-insurgência no Afeganistão, onde ele era naquele momento comandante da Força

<sup>76</sup>Starbuck, “The TX Hammes PowerPoint Challenge (Essay Contest),” *Small Wars Journal*, v. 24 July 2009, <<http://goo.gl/pjYFqN>>.

<sup>77</sup>T. X. Hammes, “Dumb-Dumb Bullets,” *Armed Forces Journal*, July 2009, [www.afji.com/2009/07/4061641](http://www.afji.com/2009/07/4061641)

Internacional de Assistência à Segurança (*International Security Assistance Force*). Alguns meses mais tarde, a lâmina foi liberada para a jornalista do *New York Times*, Elisabeth Bumiller, (figura 6).



**FIGURA 6** – Visualização do Afeganistão, 2009.

Fonte: <<http://goo.gl/fm67n0>>.

A análise aqui apresentada não carece de sofisticação, embora, como o mapa de toda uma sociedade, não seja especialmente complicado. No entanto, seria difícil dizer o que um soldado em campo supostamente faria depois de examiná-lo. A visualização mostra apenas complexidade. McChrystal teria brincado afirmando que uma vez que a lâmina fosse compreendida, a guerra seria ganha<sup>78</sup>. Mas ele não entendeu a questão que estava sendo abordada; como o comandante/visualizador, ele deveria ter sido capaz de interpretar e compreender o diagrama. O vazamento sugere que a guerra de informação-visualizada é agora um meio para mapear o caos, localizando lugares a serem separados e convertê-los em alvo.

O projeto de longa data, consistente na definição do social desde o ponto de vista da visualidade militarizada, foi deliberadamente tornado incoerente, sugerindo a formação possível de uma visualidade formalmente incoerente que continua a usar a linguagem visual da perspectiva, mas não a sua forma simbólica. Quando falo de uma visualidade formalmente incoerente, eu quero dizer uma visualização material que não gera informação sobre a presença do visualizador humano. Ao contrário da análise de Erwin Panofsky sobre a perspectiva, esta visualidade incoerente já não concebe o espectador e aquilo que ele observa

<sup>78</sup>Elisabeth Bumiller, “We Have Met the Enemy and He Is PowerPoint,” *New York Times*, v. 26 Apr. 2010, <<http://goo.gl/B2eg>>.

como parte de sua “forma simbólica”<sup>79</sup>. O espectador pode alternar<sup>80</sup> entre conjuntos imagéticos (que não foram criados por ele ou ela), realizar comandos de *zoom*, aproximando e afastando os níveis de detalhamento em uma imagem<sup>81</sup> (por meios digitais ou ópticos), e efetuar comparações com imagens prévias localizadas nas bases de dados<sup>82</sup>. O espectador pode usar imagens de satélite em infravermelho e outras tecnologias para criar visualizações previamente inimagináveis. Na vida cotidiana, a prevalência de circuitos de vigilância fechada desprovidos de vigias, marca essa transição para a visualização incoerente, com sua miríade de imagens fragmentadas e de baixa resolução monitoradas por computador, acumuladas sem outro propósito senão tornar visível o próprio ato de ver. Todas estas tendências direcionadas para uma visualidade incoerente são realizadas no UAV. O sinal de vídeo do UAV gera uma imagem de baixa resolução direcionada, uma imagem necessariamente *top-down*<sup>83</sup>. Embora haja certa sensação de tridimensionalidade, tais imagens não implicam espectador nenhum e não exigem nada dele. Militares em serviço selecionam os alvos por laser e orientam os mísseis via coordenadas *Global Positioning System* (GPS), refazendo o uso da perspectiva para direcionar sua artilharia<sup>84</sup>. Desde a Guerra do Golfo de 1991, as chamadas armas inteligentes orientadas via coordenadas GPS, têm atingido seus alvos negligenciando as consequências, revelando-se como uma fonte fértil para a propaganda. Napoleão, ao contrário, tinha seus “artistas geógrafos” criando mapas do campo de batalha calibrados precisamente desde o ponto de vista do comandante, tornado ainda mais específico por dados numéricos<sup>85</sup>. A perspectiva aqui não fazia referência a um sentimento generalizado de recessão e profundidade tridimensionais, mas um ponto de vista específico de um determinado lugar, em conformidade com o conceito de perspectiva de Leonardo da Vinci, enquanto linha de poder.

Enfatizando a fragmentação dos pontos de vista, um novo dispositivo UAV conhecido como *Gorgon Stare* (Olhar da Górgona) pode gerar doze *inputs* visuais distintos a partir de uma mesma plataforma aérea, cobrindo quatro quilômetros quadrados de território. É possível ver cada *input* isolado e em conjunto também. Enquanto os *inputs* são de baixa

<sup>79</sup>Erwin Panofsky, *Perspective as Symbolic Form*, tradução de Christopher S. Wood (New York, 1991). Para uma análise mais ampla ver Margaret Iversen, “The Discourse of Perspective in the Twentieth Century: Panofsky, Damisch, Lacan,” *Oxford Art Journal*, v. 28, n. 2 (2005), p. 191-202.

<sup>80</sup>Nota de revisão. No original: “The viewer can toggle”

<sup>81</sup>Nota de revisão. No original: “zoom in and out of an image”

<sup>82</sup> Nota na versão original inglesa: Devo o uso dos termos *toggle* e *zoom*, neste contexto, à resposta de Tara McPherson à conferência *Arquivos de animação*, realizada na Universidade de Brown, 4 a 5 dezembro de 2009, e agradeço-lhe por me permitir usá-los.

<sup>83</sup>Para avaliar um exemplo, ver os vídeos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América disponíveis em [dodvclips.mil/](http://dodvclips.mil/)

Adendo: Nota de revisão. O termo “top-down”, nesse contexto, remete a técnicas e algoritmos computacionais de inferência, que possibilitam reconhecimentos e análises de padrões em imagens. Para mais informações, ver paper de Feng Han e Song-Chun Zhu: *Bottom-Up/Top-Down Image Parsing with Attribute Grammar*. Disponível em: <[http://www.stat.ucla.edu/~sczhu/papers/PAMI\\_Grammar\\_rectangle.pdf](http://www.stat.ucla.edu/~sczhu/papers/PAMI_Grammar_rectangle.pdf)>

<sup>84</sup>Ver “Predator RQ-1 / MQ-1 / MQ-9 Reaper—Unmanned Aerial Vehicle (UAV), USA,” <<http://goo.gl/hkT7u>>.

<sup>85</sup>Ver Henri Marie Auguste Berthaut, *Les Ingenieurs geographes militaires, 1624-1831: Etude historique*, 2 vols. (Paris, 1902), v.1, p. 145-59, e Susan Locke Siegfried, “Naked History: The Rhetoric of Military Painting in Postrevolutionary France,” *Art Bulletin*, v. 75 (June 1993), p. 235-58.

qualidade, tendo apenas dois fotogramas por segundo em comparação com o padrão de trinta, eles podem ser usados para direcionar o espectador para alvos específicos.<sup>86</sup> Satirizando, talvez, de modo surpreendente, o nome do dispositivo, no entanto, tem a intenção de intimidar e insinuar aos insurgentes que tudo o que poderiam fazer é visível e resultará na perda de sua visão. Retornamos assim às formações míticas da autoridade e visualidade, onde os Citas cegavam seus escravos. O *Gorgon Stare* (tecnologia de vídeo captura desenvolvida pelo exército americano) insiste que você aceite a liberdade que esse sistema tecnológico oferece ou se torne seu escravo, sendo a escravidão metaforicamente realizada como cegueira. De fato, operações militares pós 11/09/2001 têm mostrado repetidamente supostos combatentes inimigos com capuzes e fones anti-ruído, evidenciando claramente que a privação sensorial é uma consequência padrão de tal captura. O *Gorgon Stare* é, com efeito, um conjunto de desafios. Provoca aqueles que esquadrinham a encontrar um novo Perseu, um ardil de morte anunciada. Enquanto este é um desafio que a maioria de nós não quer compartilhar, há um outro ainda: reconhecer da mesma forma o direito a olhar ao Talibã e Al-Qaeda, com quem temos imensas divergências. Desnecessário dizer que, como todos os direitos, é somente em tais momentos de intensidade que seu valor é testado. A problemática torna-se ainda maior no momento que percebemos que o modelo global de contrainsurgência inclui as metrópoles<sup>87</sup> que o patrocinam.

A contrainsurgência está proliferando e se tornando um possível meio de governamentalidade globalizada. Esta intersecção se tornou evidente nos eventos que seguiram ao furacão Katrina, precisamente no momento em que a doutrina da contrainsurgência estava sendo escrita. Em um artigo (agora suprimido) no *Army Times*, em 2 de Setembro de 2005, o brigadeiro-general Gary Jones, comandante da Força-Tarefa Conjunta da Guarda Nacional da Louisiana (*Louisiana National Guard's Joint Task Force*) declarou: “este lugar vai parecer a Pequena Somália (*Little Somalia*)... Nós sairemos e tomaremos esta cidade de volta. Esta será uma operação de combate para colocar a cidade sob controle”. O jornalista entendeu que isso significaria que a Guarda Nacional iria combater “a insurgência na cidade (de *New Orleans*)”<sup>88</sup>. No documentário poderoso de Spike Lee sobre os eventos, *When the Levees Broke: a Requiem for New Orleans* (2006), várias sequências demonstram as consequências práticas desta divisão do sensível. Vemos a então governadora de Louisiana, Kathleen Blanco, anunciar histrionicamente a chegada da Guarda Nacional à cidade com a observação de que eles acabaram de voltar do Iraque e atirarão para matar. Vemos no filme, o tenente-general da reserva Russel Honore chegar em Nova Orleans, em 2 de setembro de 2005, dizendo aos soldados que “deixem suas malditas armas” – bem como a relutância palpável dos soldados em fazê-lo. Percebemos então, que durante os últimos quatro dias as tropas rotineiramente apontando suas armas contra seus próprios

<sup>86</sup>Michael Hoffman, “New Reaper Sensors Offer Bigger Picture,” *Air Force Times*, 19 Feb. 2009, <<http://goo.gl/sm102f>>.

<sup>87</sup> Nota de revisão. No original: “the ‘home’ nations”.

<sup>88</sup>Citado em Xení Jardim, “Al-Cajun? Army Times Calls NOLA Katrina Victims ‘the Insurgency,’” <<http://goo.gl/OeqARi>>.

cidadãos<sup>89</sup>. Esta adaptação da política interna ao regime de contrainsurgência tem se difundido. Já em 2005, sete veículos aéreos não tripulados (UAV) patrulhavam a fronteira México/EUA, como parte da guerra contra as drogas, com mais três aeronaves adicionadas em 2011, assim totalizando dez.<sup>90</sup> Em 2008, o diretor de uma escola secundária no Bronx do Sul descreveu sua estratégia para revitalizar a escola como “pura contrainsurgência”, convertendo assim os alunos adolescentes em insurgentes<sup>91</sup>. Em 2010, o Centro Legal de Pobreza do Sul (*Southern Poverty Law Center*) acrescentou uma série de grupos da direita religiosa à sua “lista de monitoramento do ódio”<sup>92</sup> como resultado de suas políticas homofóbicas, tal como a reivindicação da Associação da Família Americana (*American Family Association*) de que “um poderoso, cruel e punitivo complô homossexual... está determinado a derrubar completamente o que resta das normas judaico-cristãs de moralidade sexual no Ocidente.”<sup>93</sup> Em abril de 2010, uma lei estadual polêmica foi aprovada no Arizona, exigindo que a polícia perseguisse aqueles que aparentassem ser imigrantes ilegais, bem como que criminalizasse qualquer imigrante sem documentação. O propósito era intensificar a divisão racial entre cidadão e trabalhador migrante ilegal, criando uma fronteira virtual que poderia ser instanciada sempre que um “cidadão” olhasse para uma pessoa suspeita de ser um migrante. É possível que, como muitos outros exemplos do novo discurso do direito, estes irão revelar-se detalhes insignificantes. Também é possível que os regimes necropolíticos de separação estejam convertendo-se em uma nova norma.

Essas imbricações entre os discursos clássicos de gestão populacional e táticas assimétricas de guerrilha urbana tanto produz quanto é produto da intensificação da visualidade na sociedade de controle. Conclui-se aqui que a própria visualidade se torna visível uma vez que ela atinge um ponto de intensificação no qual ela cessa de precisar manifestar uma visualização de sua autoridade, tornando-se ela própria incoerente. A chamada virada-visual na área das humanidades desde 1989 é, portanto, uma resposta sintomática, em primeiro lugar, à neovisualidade da Revolução Militar (*Revolution in Military Affairs*) que se seguiu ao final da Guerra Fria, e, agora, a intensificação daquela visualidade. Voltemos à frase axiomática “chispem, não há nada para ver aqui”. Sob condições de insurgência, todos sabem que esse não é o caso. No Iraque e no Afeganistão, os insurgentes e os homens-bomba muitas vezes vestiam uniformes militares e policiais para encenar seus ataques. A própria circulação torna-se perigosa quando dispositivos explosivos nas estradas, além de atentados suicidas nas feiras e mercados, são as táticas preferidas. O paradoxo final da contrainsurgência é que a medida de seu sucesso é a sua continuidade ininterrupta. Quanto mais esses paradoxos proliferam, no entanto, maior a incerteza e, portanto, a necessidade contínua de contrainsurgência. Longe de ser um acidente, a

<sup>89</sup>Ver Douglas Brinkley, *The Great Deluge: Hurricane Katrina, New Orleans, and the Mississippi Gulf Coast* (New York, 2006), p. 525.

<sup>90</sup>Ver Brady McCombs, “Unmanned Craft Aid Border Effort,” *Arizona Daily Star*, 23 Nov. 2010, <<http://goo.gl/qnyPFp>>.

<sup>91</sup>Elissa Gootman, “In Bronx School, Culture Shock, Then Revival,” *New York Times*, 8 Feb. 2008, p. A14.

<sup>92</sup>Nota da tradutora: literalmente traduzido do inglês “hate watch list”.

<sup>93</sup>Mark Potok, “Gays Remain the Minority Most Targeted by Hate Crimes,” *AlterNet*, 31 Dec. 2010, <<http://goo.gl/TuZUps>>.

incoerência é uma política. Este é um argumento de longa data dos contrainsurgentes. Em 1977, o ministro de Relações Exteriores de Israel, Moshe Dayan, declarou que a questão dos territórios palestinos deveria ser reformulada: “A questão não era, ‘qual é a solução?’, mas ‘como podemos viver sem uma solução?’”<sup>94</sup>.

Se a contrainsurgência usa a neovisualidade como uma estratégia, podemos construir uma contravisualidade para opor a contrainsurgência? Os que se opõem à formação contrainsurgente dos regimes necropolíticos de separação, não podem de modo algum se identificar com qualquer “insurgência” que usa suas próprias micro-necropolíticas de separação. Este momento de intensificação paradoxal da visualidade autoritária requer uma nova mobilidade para se recusar a chispar e seguir em frente. Agora é hora de parar de jogar o segundo lance depois de quaisquer mobilizações da guerra de informação militarizada que venham a ocorrer. Se a contrainsurgência é uma forma intensificada do complexo militar-industrial, é novamente primordial para a nova mobilidade retomar reivindicações, redescobertas e teorizações acerca das práticas e espaços da vida cotidiana no contexto da contrainsurgência permanente. Pois foi sob as condições de emergência da Guerra Fria que Simone de Beauvoir, Michel de Certeau, Stuart Hall, Marshall McLuhan, e muitos outros insistiram pela primeira vez na vida cotidiana como o lugar do pessoal e, portanto, da política. Como o exemplo do pós-Katrina de Nova Orleans evidencia, não há nada banal ou rotineiro nesse “novo cotidiano”<sup>95</sup>. Ao mesmo tempo, o caso de Nova Orleans mostra que a simples visibilidade ou cobertura da mídia não assegura qualquer mudança na prática política. Onde no passado as práticas subculturais e de consumo pareciam oferecer novas formas de resistência (hoje já completamente mercantilizadas), a tarefa torna-se ainda mais paradoxal. Em uma época em que todos nós somos suspeitos, provisoriamente culpados até que se prove o contrário, a necessidade é primeiramente afirmar a continuidade de um cotidiano que não necessite de militarização. Restaram mais perguntas do que respostas. Eu sei. O que é esse novo cotidiano? Como a violência da contrainsurgência irá se mobilizar contra a mobilidade? Que meios ainda viáveis de autonomia podemos encontrar nos legados da contravisualidade? E, neste sentido, de quem são as histórias que prevalecerão? Se a democracia é o meio global da *counterinsurgency* (COIN), quando é que eu vou poder votar? Dessa situação orbicular, diversos desdobramentos parecem possíveis: um novo autoritarismo, uma crise perpétua, ou, quiçá, um tempo no qual minha reivindicação ao direito a olhar alcance seu desejo de ser visto. E eu retribua.

<sup>94</sup>Citado em Eyal Weizman, “Thantato-tactics,” em *The Power of Inclusive Exclusion*, p. 565.

<sup>95</sup> Este é o nome do projeto da *Media Commons* que eu edito: ver *mediacommons*, <<http://goo.gl/rojmgm>>.

**NICHOLAS MIRZOEFF**

Professor Doutor de Mídia, Cultura e Comunicação

Universidade de Nova York

Nova York - Estados Unidos, EUA

E-mail: [nicholas.mirzoeff@nyu.edu](mailto:nicholas.mirzoeff@nyu.edu)**Recebido em:** 19/09/2016**Aprovado para publicação em:** 27/10/2016.**Como citar este documento:**

---

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 745-768, nov. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 16 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i4.8646472>.

---

---

<sup>1</sup> Este ensaio foi publicado como um texto prévio ao livro, *The Right to Look: A Counterhistory of Visuality* e escrito primeiramente como apresentação para a Conferência sobre Cultura Visual na Universidade de Westminster, organizada por Marq Smith e Jo Morra em 2010, e publicado na revista *Critical Inquiry*, v. 37, n. 3 (Spring 2011), p. 473-496. Tradução de Claudia Rodriguez-Ponga Linares e revisão de tradução: Verónica Hollman e Ingrid Rodrigues Gonçalves; revisor final : Gavin Adams.<sup>1</sup>